

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.452.272 - ES (2019/0045143-7)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
AGRAVANTE : TATIANA PEREIRA MARTINS
ADVOGADOS : LILIAN MAGESKI ALMEIDA E OUTRO(S) - ES010602
JOSÉ GERALDO NUNES FILHO - ES012739
AGRAVADO : ESTADO DO ESPIRITO SANTO
PROCURADOR : GUSTAVO CÉSAR DE MELLO CALMON HOLLIDAY E
OUTRO(S) - ES007526

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. NÃO COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS LEGAIS. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial em razão da incidência das Súmulas 280 e 284 do STF.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (fls. 289-290):

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO RESCISÓRIA - ARTIGO 966, INCISO V E VII, DO CPC/2015 - NÃO COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS LEGAIS - IMPROCEDÊNCIA.

1. A questão estranha ao acórdão rescindendo não enseja o cabimento de ação rescisória, enquanto exclui a possibilidade mesma da incidência do inciso V do artigo 485 do Código de Processo Civil. 2. "a Primeira Seção do STJ tem admitido o ajuizamento de ação rescisória por violação literal a dispositivo de lei, nos casos em que o acórdão rescindendo diverge do entendimento jurisprudencial pacificado à época da prolação do decisum que se busca desconstituir" (VIDE REsp 1001779/DF, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 18/12/2009). 3. Como se vê do acórdão ora guerreado, é legítima a previsão editalícia que impõe condições físicas, como altura mínima, para o acesso a determinado cargo público, desde que tais restrições tenham previsão legal e sejam compatíveis com as atribuições a serem desempenhadas, segundo a jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal vigente à época (e até mesmo nos dias atuais, sem qualquer mutação jurisprudencial). 4. A Lei Complementar 812/2015, além de não poder ser considerada como "documento" para fins de enquadrar-se no conceito de "prova nova" (inciso VII), também não existia à época do julgamento, haja vista que sua vigência é posterior ao acórdão rescindendo, como destacado acima. Em caso idêntico ao presente, salientou o desembargador Fernando Estevam Bravim Ruy "o advento da Lei Complementar Estadual nº 812/15 [...] não pode ser considerada prova no a apta a assegurar a assegurar à requerente pronunciamento favorável. Mesmo que a aludida norma tenha extirpado do ordenamento jurídico estadual a

Superior Tribunal de Justiça

previsão do critério de altura mínima para ingresso nas carreiras de agente penitenciário e de agente de escolta e vigilância penitenciária, ela não tem o condão de retroagir para beneficiar a autora". Precedente do eg. TJ/ES. 5. Ação rescisória julgada improcedente. Ônus sucumbenciais pela requerente, cuja exigibilidade encontra-se suspensa por força do deferimento ao benefício da justiça gratuita.

Embargos de declaração rejeitados.

No recurso especial a recorrente alega violação à LC n. 812/2015, ao argumento de que referida norma revogou a exigência de estatura mínima para os cargos de Agente Penitenciário e Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária.

Com contrarrazões.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Quanto à questão relativa ao limite de estatura para o exercício do cargo de agente penitenciário do Estado do Espírito Santo, a recorrente não indicou os normativos de lei federal ou tratado supostamente violados pelo acórdão recorrido, o que inviabiliza a exata compreensão da controvérsia e impede o conhecimento do recurso especial por deficiência na argumentação recursal, a teor da Súmula 284/STF.

A recorrente, ao deduzir a tese no sentido de LC n. 812/2015 revogou a exigência de estatura mínima para os cargos de Agente Penitenciário e Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária, deixou de impugnar o fundamento do acórdão recorrido segundo o qual "a Lei Complementar 812/2015, além de não poder ser considerada como documento para fins de enquadrar-se no conceito de prova nova, também não existia à época do julgamento, haja vista que sua vigência é posterior ao acórdão rescindendo, como destacado acima" (fl. 297).

A referida fundamentação, por si só, mantém o resultado do julgamento ocorrido na Corte de origem e torna inadmissível o recurso que não a impugnou. Incide ao caso a Súmula 283/STF.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial. Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator